

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

NOTA
TÉCNICA | **05**

A NOVA SÉRIE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ESTADUAL - 2002-2006

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Carla D'Angelo Moulin
Gerente de Contas Regionais
Coordenação de Estudos Econômicos

Vitória | 2009

Sumário

1. INTRODUÇÃO	05
2. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES METODOLÓGICAS	07
3. PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESPÍRITO SANTO - 2002-2006	10
3.1 Principais resultados da nova série 2002-2006	11
3.2 Espírito Santo: desempenho setorial	17
4. CONCLUSÃO	26
6. GLOSSÁRIO	28
ANEXOS - TABELA DE RESULTADOS	29

LISTA DETABELAS

Quadro 1 - Resumo das atividades e fontes	09
Tabela 01 - Ranking dos 12 maiores PIB estaduais no Brasil - 2002-2006	12
Tabela 02 - Relações entre o produto interno bruto no Espírito Santo e no Brasil - 2002-2006	14
Tabela 03 - PIB per capita no Espírito Santo e Brasil, taxas de crescimento real do PIB-ES, PIB per capita-ES e população-Espírito Santo - 2002-2006	15
Tabela 04 - Índices de preços: variação da média anual das variáveis selecionadas - 2003-2006	16
Tabela 05 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto do Estado, a preços básicos - 2002-2006	17
Tabela 06 - Taxa de crescimento real do valor adicionado bruto da agropecuária - 2003-2006	19
Tabela 07 - Taxa de crescimento real do valor adicionado bruto do setor secundário - 2003-2006	23
Tabela 08 - Taxa de crescimento real do valor adicionado bruto do setor terciário - 2003-2006	

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 01 - Participação das grandes regiões no PIB do Brasil - 2006	12
Gráfico 02 - Comparativo entre as taxas de crescimento real e crescimento médio do Espírito Santo e do Brasil - 2003-2006	14
Gráfico 03 - Taxa de crescimento real da indústria capixaba - 2003-2006	16

LISTA DE SIGLAS

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP - Associação Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTAQ - Associação Nacional de Transportes Aquaviários
BACEN - Banco Central do Brasil
CNT - Confederação Nacional dos Transportes
DIPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINBRA - Finanças do Brasil
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
MEC - Ministério da Educação
PAC - Pesquisa Anual de Comércio
PAIC - Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil
PAM - Produção Agrícola Municipal
PAS - Pesquisa Anual de Serviços
PEVS - Produção da Extração Vegetal e Silvicultura
PIA - Pesquisa Industrial Anua
PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física
PMC - Pesquisa Mensal de Comércio
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPM - Pesquisa Pecuária Municipal
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 2007 o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) divulgou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e demais órgãos estaduais de estatística e planejamento, a nova série do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Espírito Santo, tendo como referência o ano 2002. Naquela oportunidade os dados divulgados referiam-se à série construída para o período 2002-2005, dentro da nova metodologia das Contas Regionais.

Como primeira etapa desse processo houve a revisão do sistema de Contas Nacionais, cujos dados foram divulgados pelo IBGE em março de 2007. O desdobramento deste trabalho foi introduzir os novos conceitos e a nova base de dados em níveis geográficos mais desagregados.

Sendo assim, a série regional foi revisada de forma que a metodologia e a base de dados para os estados estivessem completamente integradas com a série das Contas Nacionais. Esta nova base passa a incorporar integralmente as pesquisas anuais do IBGE, as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2003 e o Censo Agropecuário 1995-1996. Além disso, adotam uma nova classificação de atividades e produtos em consonância com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e passam a ser desagregadas em 17 atividades econômicas, ajustadas com os dados do Brasil em valores constantes e correntes.

A relevância do trabalho está no preenchimento da lacuna de informações econômicas em caráter oficial, padronizadas e comparáveis, com recortes estaduais e municipais. São recorrentes as demandas por esse tipo de informação para: a construção de indicadores; a formulação de políticas públicas; as definições estratégicas dos agentes privados e estudos sobre a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira.

A construção de um sistema de Contas Regionais, atualmente voltado para a elaboração da conta de produção das economias estaduais, possibilita fornecer informações sobre o processo de geração da renda regional, cujo valor-síntese é expresso pela medida do PIB.

O presente documento visa avaliar e destacar as principais alterações metodológicas da nova série. Nessa perspectiva, traça a trajetória recente do crescimento econômico capixaba, com destaque para seus condicionantes externos, domésticos e locais, e analisa os resultados do PIB estadual para o período 2002-2006. A nova série será posteriormente retropolada até o ano de 1995, permitindo uma análise de longo prazo da evolução das economias estaduais.

Para atender esses objetivos, a presente Nota Técnica foi estruturada em quatro partes, que se seguem a esta breve introdução. Na segunda seção são apresentadas as principais mudanças metodológicas introduzidas às Contas Regionais. Na terceira seção discutem-se os resultados do período 2002-2006, analisados sob parâmetros regionais e setoriais.

Os dados aqui apresentados compreendem informações sobre a composição e evolução da economia das Unidades da Federação em geral e do Espírito Santo em particular. Serão apontados os resultados do PIB do Espírito Santo, comparando-os com os das demais Unidades e os do Brasil.

Para tanto, serão destacados elementos como a dimensão econômica do Estado dentro do País, a posição que ocupa em termos nacionais e o crescimento de sua economia. Os comentários comparativos entre os resultados da nova série e os da série anterior visam apontar as principais influências dos novos marcos metodológicos sobre todas essas variáveis.

As Contas Regionais abrangem os resultados do Produto Interno Bruto dos Estados da Federação sob a ótica da oferta. Assim sendo, o valor adicionado de cada atividade econômica resulta da diferença entre o valor bruto da produção por elas gerado e o consumo intermediário (gastos com insumos) dessas mesmas atividades. A metodologia empregada assegura a eliminação de duplas contagens na geração da renda regional.

Os dados divulgados envolvem a estimativa do valor adicionado bruto anual por atividade, já que todas as informações de participação contidas na publicação são referenciadas a esse indicador, e o Produto Interno Bruto, avaliado a preços de mercado, resultante da adição dos impostos indiretos ao valor adicionado do Estado.

As informações referentes a cada ano são apresentadas em valores correntes, expressos em moeda do próprio ano, e em valores constantes, medidos pelos preços do ano imediatamente anterior, conforme as recomendações das Nações Unidas para a atualização anual de ponderadores. O trabalho utiliza os indicadores de crescimento do volume da produção anual das atividades econômicas e os respectivos índices de preços para os bens e serviços produzidos e para os principais insumos utilizados. A consolidação dos índices de volume e de preços no Valor da Produção, no Consumo Intermediário e no Valor Agregado dá origem a índices implícitos correspondentes ao crescimento da economia e ao deflator implícito do PIB, respectivamente.

A Nota se encerra com a apresentação das principais conclusões e com glossário dos termos técnicos, além de um anexo com tabelas de resultados mais detalhados.

A divulgação dos resultados aqui expostos conclui com êxito mais uma etapa do programa de trabalho do IJSN realizado em conjunto com o IBGE e órgãos estaduais e reflete uma convergência de esforços desta estrutura central e de diversas instituições públicas e privadas, fundamentais no fornecimento dos dados utilizados, às quais o IJSN agradece de maneira especial nesta oportunidade.

2. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES METODOLÓGICAS

As mudanças recentemente realizadas nas Contas Regionais do Brasil pelo IBGE e órgãos estaduais, seguem o escopo daquelas já empreendidas nas Contas Nacionais. Além das alterações inerentes a uma mudança de base – quais sejam, atualização dos pesos das atividades econômicas e de seus componentes – a nova série das Contas Regionais reflete inovações de caráter metodológico. Assim sendo, a base 2002 das Contas Regionais incorpora nova classificação de bens e serviços e novas fontes de dados, com a finalidade de estabelecer as referências da estrutura de cálculo para os anos seguintes.

A metodologia anterior incorporava, basicamente, um cálculo efetuado por meio da extrapolação ou da evolução por índices de volume e preços, tendo 1985 como ano-base. A nova metodologia é referenciada por fontes anuais que fornecem dados a preços correntes, tendo 2002 como ano-base. Desta forma, essas fontes estabelecem um marco que permite controlar a evolução da série, evitando vieses característicos do uso de índices de volume e preços por períodos demasiadamente longos.

As principais alterações no uso de base de dados e metodologia podem ser sintetizadas nos itens que se seguem.

1. Incorporação dos dados das pesquisas estruturais¹ anuais contínuas realizadas pelo IBGE como referência para os valores correntes da parcela da produção coberta por essas pesquisas.
2. Utilização de informações econômico-fiscais oriundas das declarações de imposto de renda das pessoas jurídicas para complementar o universo e construção das contas das empresas.
3. Atualização da classificação das atividades de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. No caso do Espírito Santo, a atividade de pelotização e sinterização do minério de ferro, anteriormente classificada na indústria de transformação (metalurgia), passou a ser inserida na indústria extrativa mineral, em conformidade com a CNAE.
4. Incorporação de atividades não adequadamente medidas na série anterior que, porém, nos últimos tempos, passaram a ter representatividade econômica. A atividade de telecomunicações foi substituída pelos serviços de informação e passa a contar, além das telecomunicações, com consultoria de *hardware*, *software*, processamento de dados, atividades de bancos de dados e distribuição *on-line*, atividade cinematográfica, de rádio e agências de notícias.

¹ Trata-se das pesquisas Anuais de Indústria (PIA), Comércio (PAC), Serviços (PAS) e da Construção (PAIC).

5. Melhor mensuração da administração pública: cada elemento da conta de produção desta atividade – remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo – passou a ter um índice próprio,² diferentemente da série anterior, em que o crescimento da população era o índice geral.
6. Desenvolvimento da metodologia de cálculo do consumo de capital fixo para a administração pública – depreciação de máquinas, equipamentos e instalações –, permitindo a estimativa do valor de produção bruto da atividade.
7. Distribuição dos Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos – SIFIM, proporcionalmente ao valor agregado das atividades, evitando a dupla contagem e eliminando a atividade “dummy financeiro”, setor fictício da metodologia anterior, que tinha produção nula e o consumo intermediário igual ao valor do SIFIM.
8. Inclusão dos fundos de investimentos na atividade de intermediação financeira.
9. Incorporação da produção não mercantil das instituições sem fins lucrativos – igrejas, clubes, ONGs.
10. Criação de funções de produção para as atividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, exploração vegetal e pesca, antes trabalhadas de maneira agregada.

A seguir, apresenta-se a correspondência entre as 17 atividades econômicas divulgadas e a CNAE bem como as fontes utilizadas para sua elaboração.

² As remunerações, o número de funcionários e os demais pela deflação de seus custos; consumo de capital pelo deflator do consumo de capital das Contas Nacionais.

Quadro 1 – Resumo das atividades e fontes

Atividade de divulgação	CNAEs	Fontes
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	0161,0133,0134,0139, 0511 e 0512	Censo Agropecuário 1995-1996, PAM, FGV, PNAD, PEVS e distribuidoras de energia elétrica
Pecuária e pesca	0162, 0170 e 0213	Censo Agropecuário 1995-1996, PPM, FGV, PNAD, distribuidoras de energia elétrica, Censo Demográfico 2000 e IBAMA
Indústria Extrativa Mineral	10 a 14	PIA, DIPJ, PNAD, ANP, DNPM, distribuidoras de energia elétrica
Indústria de Transformação	15 a 37, (1) (exceto 2233)	PIA, DIPJ, PNAD, ANP, PIM-PF, distribuidoras de energia elétrica
Construção	45	PAIC, DIPJ, PNAD
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e limpeza urbana	40, 41 e 90	Balanco das geradoras e distribuidoras de energia elétrica, de tratamento e distribuição de água e de limpeza urbana
Comércio e serviços de manutenção e reparação	50, 51, 52 e 7250	PIA, DIPJ, PNAD, PAC, PAS, PMC, ANFAVEA, ANP
Serviços de alojamento e alimentação	5511, 5512, (2) 5513, 5519,5521,5522,5523 e 5529	PIA, DIPJ, PNAD, PAS, INFRAERO
Transporte, armazenagem e Correio	6010, 6021, 6022, 6029, 6026,6027,6028, 6023, 6024, 6025, 61,62,6030, 63, 6411 e 6412	PIA, IRPJ, PNAD, PAS, CNT/FIPE, ANP, ANTAQ, INFRAERO
Serviços de informação	(3) 2233, 6420, 7210, (4) 7220, (5) 7221, 7230, 7240, 7290, 9211, 9212, 9221,9222 e 9240	PIA, IRPJ, PNAD, PAS e balanços das empresas de telefonia móvel e fixa
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	65, 66, e 67	BACEN e SUSEP
Serviços prestados às famílias e associativos	7040, 91, 9213, 9231, 9232, 9239, 9251, 9252, 9253, 9261, 9262 e 93	DIPJ, PNAD, PAS
Serviços prestados às empresas	7310, 7320 e 74	PIA, DIPJ, PNAD, PAS
Atividade imobiliária e de aluguel	70 (exceto 7040) e 71	PNAD
Administração, saúde e educação públicas	75	SIAFI, FINBRA, Contas Públicas do Brasil/IBGE, MEC, Ministério da Saúde
Saúde e educação mercantil	80 e 85	DIPJ, PNAD
Serviços domésticos	95	PNAD

- (1) Esta classe deixou de existir na CNAE 1.0, possui correspondência com a CNAE 9211.
 (2) Na CNAE 1.0 os códigos 5511 e 5112 foram agrupados na mesma CNAE, 5513.
 (3) Esta CNAE deixou de existir na CNAE 1.0, possui correspondência com a CNAE 9211.
 (4) Deixou de existir na CNAE 1.0.
 (5) Esta CNAE foi introduzida na CNAE 1.0.

3. PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESPÍRITO SANTO 2002-2006

O período compreendido pela divulgação da nova série das Contas Regionais coincide com uma fase de expansão acelerada da economia global com impactos sobre a demanda e preços internacionais de *commodities*.

No Brasil o período começou afetado pelas turbulências do segundo semestre de 2002, causadas, em grande parte, pelo ciclo eleitoral e pela transição política. A acentuada desvalorização do real e a disparada do risco-país coincidiram com o início do ajustamento externo da economia brasileira, que surge, por sua vez, como efeito defasado da mudança do regime cambial realizada em 1999.

Paralelamente, a disparada do risco-país refletiu o quadro de incertezas e levou à condução de uma política monetária contracionista, com forte elevação das taxas de juros entre o segundo semestre de 2002 e o primeiro de 2003. Já no segundo semestre de 2003, as expectativas de inflação iniciaram uma convergência para meta definida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o que permitiu o início de um ciclo de distensão da política monetária.

A despeito deste contexto interno desfavorável no ano de 2003, os resultados de 2004 revelaram um quadro amplamente positivo, com uma retomada do crescimento em todas as regiões do País. Inicialmente, o ciclo de crescimento econômico brasileiro teve nas exportações seu elemento mais dinâmico, repercutindo a posteriori no restabelecimento das condições de mercado para a produção doméstica.

Os anos seguintes, entre 2005 e 2006, consolidaram o cenário favorável de crescimento econômico do País, impulsionado, inicialmente, pelo crescimento acelerado das exportações líquidas e sustentado pelo aumento da renda interna.

Além da situação favorável da economia mundial, o aumento dos investimentos voltados para a exportação e a distensão da política monetária trouxeram reflexos positivos para o Espírito Santo, em razão do grau de abertura desse Estado ao comércio exterior e da especialização das atividades industriais de maior peso econômico.

Tanto a sustentabilidade quanto a capacidade de aceleração da economia estadual estão assentadas em grandes cadeias de valores, como a de celulose, minério de ferro, aço e, mais recentemente, de petróleo e gás – além de todo o aparato de infraestrutura e logística que as cercam. No caso do petróleo e gás, o período analisado atinge apenas o início da fase de expansão da produção, podendo-se afirmar que a atividade ainda está com todo seu potencial por explorar nos anos seguintes, não apenas no que se refere à geração de emprego e renda, mas, principalmente, à formação de base tecnológica e de capital humano avançado a curto prazo.³ Tanto é assim que no ano de 2006 já se observa uma ampliação da capacidade produtiva desse segmento, com a entrada em operação do navio-plataforma FPSO Capixaba no campo de Golfinho.

Essas atividades, nas quais o Estado possui grande competitividade e posição privilegiada no abastecimento mundial, se constituem em cadeias integradas mundialmente, e se beneficiaram, portanto, das condições favoráveis da economia global.

³ CALIMAN, O. **Desenvolvimento do Espírito Santo**. Anuário do Espírito Santo. A Gazeta, 2005.

A coexistência desse conjunto de fatores macro e microeconômicos criou condições propícias para a sustentação do ciclo de alta de preços internacionais, especialmente no mercado internacional das *commodities* metálicas, que se iniciou no terceiro trimestre de 2002 e se acentuou a partir do final de 2003, beneficiando a todos os produtores indistintamente.

Por outro lado, o bom desempenho das exportações de bens intermediários a partir das grandes plantas industriais do Espírito Santo se refletiu sobre o nível de produção e sobre a programação de investimentos dessas unidades locais, levando o setor externo a impulsionar o nível de produção no Estado e ampliar a tendência de maiores investimentos produtivos, tanto por parte do setor privado quanto do setor público.

Além da melhor mensuração proporcionada pela nova metodologia das Contas Regionais, pretende-se demonstrar, com esses comentários, que o Espírito Santo apresentou uma boa performance de crescimento no período 2002-2006, superior à média brasileira, sendo favorecido também pelo fator preço, com os elevados patamares alcançados pelos preços internacionais de suas principais *commodities*. Nesse sentido, o Estado melhorou seu desempenho em todos os indicadores decorrentes da mensuração de sua dimensão econômica, como se verá na avaliação dos dados apresentados a seguir.

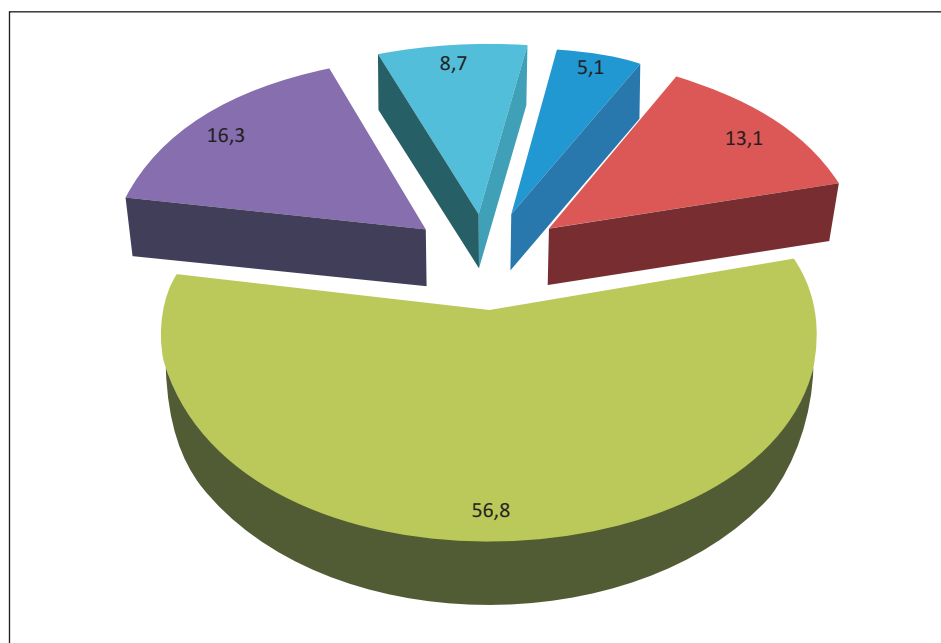
3.1 - PRINCIPAIS RESULTADOS DA SÉRIE 2002-2006

A nova metodologia não trouxe variações de tendência no desempenho da economia das regiões e Estados em relação ao que já vinha ocorrendo na série anterior.

No que se refere à participação das regiões no PIB do Brasil, houve redução no peso relativo das regiões Norte (-4,1%), Nordeste (-6,9%) e Sul (-5,8%), em favor das regiões Sudeste (+1,3%) e Centro-Oeste (+15,7%). Essas variações se referem à média de participação regional, quando se estabelece comparação entre a metodologia atual (2002-2006) e a anterior (2001-2004).

Em 2006 o quadro da distribuição regional se configurou com o Sudeste em primeiro lugar (56,8%), seguido das regiões Sul (16,3%), Nordeste (13,1%), Centro-Oeste (8,7%) e Norte (5,1%), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Participação das grandes regiões no PIB do Brasil - 2006



Fonte: IBGE/IJSN
 Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Pela metodologia anterior, não havia alteração na composição do grupo dos dez maiores Estados nos últimos anos (2001-2004). Esta característica também se confirmou com a nova metodologia, com a diferença de que o estado de Pernambuco perdeu duas posições no *ranking*, sendo superado pelo Distrito Federal e por Goiás. A Tabela 1 apresenta as doze maiores unidades, segundo sua dimensão econômica, na nova série.

Tabela 1- Ranking dos 12 maiores PIB estaduais no Brasil - 2002-2006

Posição	2002	2003	2004	2005	2006
1	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
2	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
3	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais
4	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
5	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná
6	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia
7	Distrito Federal	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina
8	Santa Catarina	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal
9	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás
10	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco
11	Ceará	Ceará	Espírito Santo	Espírito Santo	Espírito Santo
12	Espírito Santo	Espírito Santo	Mato Grosso	Ceará	Ceará

Fonte: IBGE / IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos

Observa-se, nessa tabela, o primeiro aspecto positivo para o Espírito Santo. Pela metodologia anterior, o Estado vinha ocupando a 12^o posição no ranking nacional, com dimensão econômica muito próxima à dos estados do Amazonas e do Pará. Na série atual o Espírito Santo vem logo em seguida ao bloco dos dez maiores PIBs estaduais, ocupando o 11^o lugar de 2004 a 2006, avançando, portanto, uma posição no *ranking* nacional. Além disso, apresentou dimensão, dada pelo valor do PIB, mais próxima dos Estados que ocupam o 10^o e o 9^o lugar, distanciando-se das Unidades da Federação nas colocações seguintes, principalmente em 2006.

Na nova série, o Espírito Santo aumentou também sua participação em relação ao Brasil. Na anterior esta participação se situava em torno de 1,9%, em média, entre 2002 e 2004. Na série atual o Estado apresentava uma participação de 1,81% em 2002, alcançando 2,23% em 2006. Esse aumento de 0,42 p.p. representou um incremento em torno de 23,01% na participação do Estado em relação à economia brasileira entre 2002 e 2006. É um acréscimo significativo em apenas quatro anos para uma economia com características definidas, sem possibilidade de expansão de sua fronteira agrícola e com alta utilização de sua capacidade instalada, pelo menos no que diz respeito às grandes plantas industriais do Estado.

Isso se torna mais expressivo na medida em que a soma da participação dos sete maiores Estados no ranking brasileiro representava aproximadamente 75% de toda a produção nacional em 2006, revelando uma estrutura econômica bastante concentrada. Diante disso, por mais impactante que seja o crescimento apresentado pelas demais Unidades da Federação e mesmo diante de uma atividade emergente (como é o caso do petróleo e gás no Espírito Santo), a variação da participação relativa dessas Unidades irá situar-se em décimos de pontos percentuais.

Observe-se que, em 2006, 1% do PIB brasileiro correspondia a R\$ 23,69 bilhões; ou seja, para aumentar a participação de qualquer Unidade da Federação no PIB nacional em 1% esse seria o acréscimo necessário. Naquele mesmo ano esse valor correspondia a aproximadamente 45% do PIB capixaba.

Em 2006 o PIB do Espírito Santo foi de R\$ 52,78 bilhões, com um crescimento real de 7,7% sobre 2005 (Tabela 2). Este foi o segundo maior crescimento entre as Unidades da Federação, superado apenas pelo estado do Ceará (8,0%). O crescimento do PIB capixaba, em 2006, esteve ancorado, principalmente, nos transportes (14,7%), indústria extrativa mineral (14,5%), comércio (8,7%), indústria de transformação (5,0%) e construção (4,9%).⁴ Algumas outras atividades apresentaram crescimento superior ao das citadas, mas possuem pequena participação no PIB estadual.

⁶ Observe-se que todas essas atividades e mais alguns serviços que também tiveram crescimento expressivo estão cobertos pelas novas pesquisas setoriais, demonstrando um avanço em relação à metodologia anterior baseada na evolução das atividades por meio de índices de volume e preço. Além disso, em comparação com o método de extrapolação anteriormente utilizado, essas pesquisas refletem de maneira mais precisa o crescimento do setor terciário.

Tabela 02 - Relações entre o Produto Interno Bruto no Espírito Santo e no Brasil - 2002-2006

Anos	PIB ES (R\$ milhão)	PIB BR (R\$ milhão)	Relação ES/BR	Taxa anual cresc. real - ES %	Taxa anual cresc. real - BR %	Cresc. acumulado ES 2002-2006 - %	Cresc. acumulado BR 2002-2006 - %	Cresc. médio ES 2002-2006 - %	Cresc. médio BR 2002-2006 - %
2002	26.756	1.477.822	1,81	-	-	20,5	14,3	4,8	3,4
2003	31.064	1.699.948	1,83	1,5	1,1				
2004	40.217	1.941.498	2,07	5,8	5,7				
2005	47.223	2.147.239	2,20	4,3	3,2				
2006	52.782	2.369.798	2,23	7,7	4,0				

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Esses dados apontam uma expansão em torno de 20,5% para o Espírito Santo entre 2002 e 2006 e de 14,3% para o Brasil. Também indicam um crescimento médio anual de 4,8% para o Estado e 3,4% para o País no mesmo período. Embora a nova série ainda seja curta, permite visualizar a mesma tendência anterior: a de que a economia capixaba apresenta taxas de crescimento superiores à média nacional (Gráfico 2).

Gráfico 02 - Comparativo entre as taxas de crescimento real e crescimento médio do Espírito Santo e Brasil - 2003-2006



Fonte: IBGE/IJSN

Elaboração: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

No que se refere à renda *per capita*, pela metodologia anterior o Estado ocupava a 8ª posição no *ranking* nacional. Na série atual ocupou a 7ª posição em 2002 e a 8ª em 2003 e 2004. Em 2005 o Espírito Santo saltou para a 5ª renda *per capita* do País, melhor posição alcançada desde que se iniciou o cálculo desse indicador, e em 2006 manteve essa posição. Neste último ano, a renda *per capita* capixaba situou-se em R\$ 15.065,00/ano, superior em 18,4% à brasileira, que ficou em R\$ 12.724,00/ano (Tabela 3).

Tabela 03 - PIB per capita no Espírito Santo e Brasil, taxas de crescimento real do PIB - ES, PIB per capita - ES e população - ES - 2002-2006

Anos	PIB per capita - ES (R\$ 1,00)	PIB per capita - BR (R\$ 1,00)	Taxa anual de crescimento real do PIB - ES %	Taxa anual de crescimento real do PIB per capita - ES %	Taxa anual de crescimento da população - ES %
2002	8.258	8.378	-	-	-
2003	9.425	9.498	1,5	-0,2	1,7
2004	11.998	10.692	5,8	4,0	1,7
2005	13.847	11.658	4,3	2,6	1,7
2006	15.065	12.724	7,7	6,0	1,6

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Uma renda *per capita* crescente significa que a produção e, portanto, a renda gerada regionalmente estão avançando mais que a população residente na mesma área. Esta constatação sinaliza a importância da adoção de políticas públicas voltadas para a desconcentração e interiorização do crescimento capixaba, de maneira que o acréscimo na geração de renda possa ser apropriado em maior medida pela população local, especialmente por meio do mercado de trabalho.

Além do crescimento físico da produção, o PIB capixaba vem sendo influenciado também pelos seus índices de preços. O deflator do PIB é um índice implícito e sintético que traduz uma ponderação entre todos os preços de produção e os gastos com insumos (portanto, um índice resultante do valor adicionado à economia) para produtos, serviços e atividades econômicas. No caso do Espírito Santo, observa-se que esse índice esteve bastante acima da média brasileira nos anos de 2004 e 2005, período de maior valorização das *commodities* metálicas produzidas no Estado, no mercado internacional, ocorrendo em 2006 inversão dessa tendência.

Além do deflator do PIB, a Tabela 4 evidencia a evolução dos principais índices de preços relacionados a ele no período 2003-2006. Durante esse período ocorreu uma desaceleração do crescimento das variáveis selecionadas, que, com exceção dos preços das *commodities* metálicas, apresentaram em 2006 resultados menores em relação aos anos anteriores.

Tabela 04 - Índices de preços: variação da média anual das variáveis selecionadas - 2003-2006

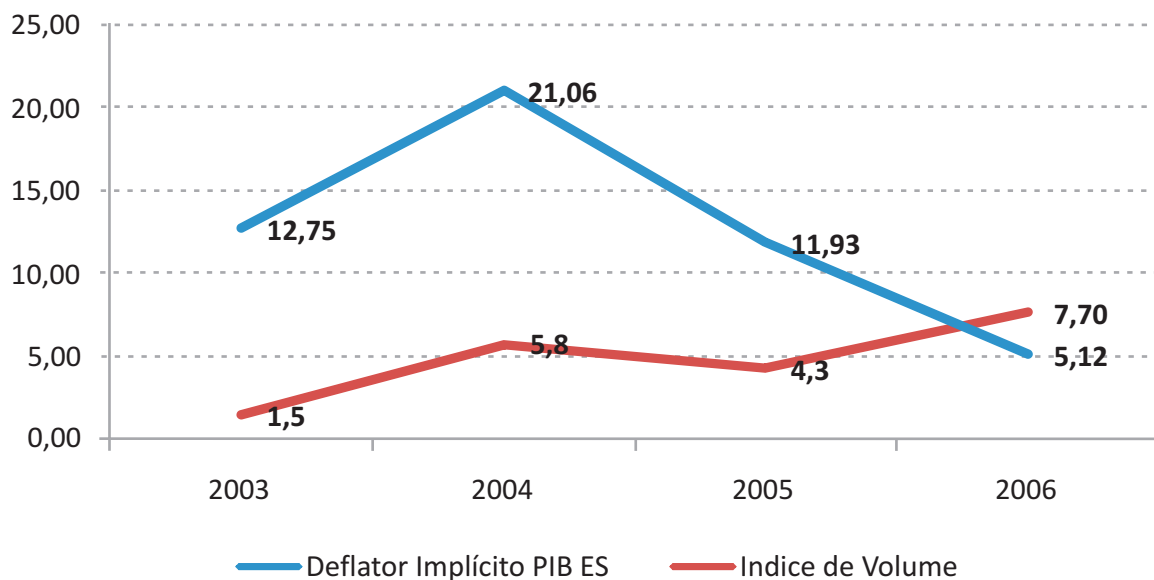
Variáveis	2003	2004	2005	2006
Deflator implícito PIB - BR	14,10	7,35	7,38	6,52
Deflator implícito PIB ES	12,75	21,06	11,93	5,12
Preços commodities metálicas	20,23	47,98	13,84	63,33
IPA OG (Ferro, aço e derivados)	35,45	33,71	18,34	-4,99
IPCA	14,71	6,60	6,87	4,18
Variação cambial * (R\$/Dólar)	3,64	-4,47	-17,38	-9,99

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

* Variação sobre o dólar médio do ano

Observa-se, ainda, que no ano de 2006, pela primeira vez desde que se começou a calcular o PIB estadual (1985), o crescimento real da economia (índice de volume) ficou acima do índice de preços da economia capixaba, representado pelo deflator implícito do PIB. O Gráfico 3 demonstra esse comportamento no período 2003-2006, pela série atual.

Gráfico 02 - Comparativo da evolução do índice de volume e índice de preço do PIB-ES - 2003-2006



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

3.2 Espírito Santo: desempenho setorial

A metodologia da nova série refletiu alterações significativas na estrutura interna da economia do Estado quando comparada à série anterior. Isso se deve a uma melhor mensuração da agropecuária e à incorporação das novas pesquisas setoriais, que dimensionam de forma mais precisa a construção civil, o comércio e os serviços.

Assim como ocorria na série anterior, o setor terciário confirmou sua predominância. Este setor possuía uma participação média, no valor adicionado do Estado, de aproximadamente 53% entre 2002 e 2004, pela metodologia anterior. Na série atual essa participação foi ampliada para, em média, 59% entre 2002 e 2006. Embora predominante, o setor terciário apresenta participação decrescente no período de avaliação em favor de pequenos incrementos no setor primário, mas, principalmente, pelo maior peso relativo da indústria extrativa mineral (Tabela 5).

Tabela 05 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto do Espírito Santo - 2002-2006

Atividades	Valor adicionado a preços básicos				
	2002	2003	2004	2005	2006
Atividades primárias	8,2	8,7	9,4	8,8	9,5
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	6,4	6,7	7,7	7,1	7,7
Pecuária e pesca	1,7	2,0	1,6	1,7	1,8
Atividades secundárias	31,8	30,9	32,7	33,8	34,0
Indústria extrativa e de transformação	23,4	24,4	24,9	26,2	26,7
Extrativa mineral	6,0	5,9	7,1	9,2	10,7
Transformação	17,4	18,5	17,7	17,0	16,0
Construção	7,5	5,4	6,8	6,7	6,2
Prod. e distr. de eletríc. e água, esgoto e limp. urbana	0,8	1,1	1,1	0,9	1,1
Atividades terciárias	60,1	60,4	57,9	57,5	56,5
Comércio e serviços de reparação e manutenção	10,9	10,7	12,9	13,2	12,6
Serviços de alojamento e alimentação	1,7	1,3	1,5	1,4	1,3
Transporte, armazenagem e correio	8,3	7,8	8,7	8,4	7,6
Serviços de informação	3,1	3,3	2,8	3,0	2,8
Interm. financeira, seguros e previdência complementar	4,0	4,2	3,3	3,8	3,9
Serviços prestados a famílias e associativos	1,7	1,6	1,5	1,5	1,7
Serviços prestados a empresas	3,0	3,0	2,8	2,7	3,0
Atividades imobiliárias e aluguel	9,3	9,0	7,6	7,1	6,5
Administração, saúde e educação públicas	14,2	15,1	13,4	13,7	13,4
Saúde e educação mercantis	2,5	3,1	2,3	1,8	2,5
Serviços domésticos	1,2	1,2	1,1	1,0	1,0
Valor adicionado bruto a preços básicos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Para o Brasil a estrutura setorial também se alterou. Pela metodologia anterior, entre 2000 e 2003 a participação média setorial era de 8,3% para o setor primário, 36,2% para o setor secundário e 55,5% para o setor terciário. Pela metodologia atual, a participação média setorial, entre 2002 e 2005, passou a ser de 6,7% para o setor primário, 28,5% para o setor secundário e 64,8% para o setor terciário.

- **Setor primário**

- ✓ Agricultura, Silvicultura e Exploração Florestal
- ✓ Pecuária e Pesca

Proporcionalmente, a agropecuária foi a atividade que mais ganhou participação no PIB do Estado com a nova metodologia. Na verdade, essa atividade recuperou a participação média que possuía ao longo dos anos 1990 até 2000, com a metodologia anterior. Nos últimos anos da série anterior, apesar de apresentar regularidade no desempenho de sua produção, a atividade vinha perdendo participação na economia estadual, em função do fator preço, reflexo de uma queda de 41% no preço do café em 2001 e 38% em 2002, de acordo com os dados da PAM-IBGE. Em 2003 e 2004 o preço do café se recuperou, mas ocorreu um descompasso entre os preços relativos dos insumos (consumo intermediário) e os preços pagos ao produtor (valor da produção), já que os preços dos insumos industriais aumentaram mais que os de produção. Somando-se a isso uma estrutura que se revelou comprometida pela distância entre a base anterior e os últimos anos correntes (quase vinte anos entre 1985 e 2004), o resultado foi a queda de participação da agropecuária.

Com a nova metodologia houve uma reponderação entre as subatividades primárias (com base no Censo Agropecuário de 1996). Por outro lado, a atividade, que era calculada com apenas uma função de produção (consumo intermediário único para toda a agropecuária), agora envolve doze.⁵ Isso significa que foi introduzido o cálculo diferenciado dos gastos com insumos para um total de doze subatividades, evitando que as variações em uma delas atinjam a todas da mesma maneira. A nova metodologia proporciona uma melhor apuração de resultados para a pecuária, silvicultura e fruticultura e evita que essas subatividades sejam “contaminadas” por variações como as que ocorreram, por exemplo, no caso do café.

De acordo com os dados atuais, a agropecuária alcançou uma participação média de 8,9% no total da economia capixaba entre 2002 e 2006, enquanto na economia brasileira a participação média desta atividade foi de 6,4% no mesmo período.

O café ainda se constitui em uma atividade absolutamente predominante no Espírito Santo, representando, em 2006, aproximadamente 44% do total da produção agrícola e 36% da agropecuária total. A silvicultura também ganhou destaque no ano de 2006, com um aumento de produção de madeira em tora para papel e celulose da ordem de 4% e um ganho de preços de 33%, segundo a Pesquisa de Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVES/IBGE. Com o novo desdobramento da atividade, utilizado na nova série, também se observa que em 2006 a agricultura, a silvicultura e a exploração florestal representaram 82% da agropecuária, enquanto a pecuária e a pesca se situaram em torno de 18% da atividade no Estado.

⁵ Lavoura temporária: cultivo de cereais para grãos, cana-de-açúcar, soja em grãos e outros produtos; lavoura permanente: cultivo de frutas cítricas, café e outros produtos; pecuária: criação de bovinos e outros animais, suínos e aves; silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados; e pesca.

Depois de uma queda real acentuada em 2003 (-11,7%), determinada pelas condições econômicas desfavoráveis daquele ano e por uma queda aproximada de 15% na produção de café, esse decréscimo foi recuperado em 2004, e em 2005 foi mantido o nível de atividade do setor (Tabela 6). Em 2006 a agropecuária voltou a apresentar variação real positiva (4,2%). Esse comportamento, influenciado por três anos seguidos de um aumento discreto, porém positivo, na produção de café, indica que o crescimento das lavouras de café conilon, tem amenizado os efeitos da bianualidade,⁶ própria dessa cultura, como resultado da introdução de novas tecnologias (utilização de variedades mais produtivas, plantios adensados, lavouras irrigadas no norte do Estado etc.). Vale destacar que 68% da safra cafeeira do Estado correspondiam, em 2006, ao café conilon.

Tabela 06 - Taxa anual de crescimento real do valor adicionado bruto da agropecuária - Espírito Santo - 2002-2006

Em %

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006	Cresc. acumulado 2002-2006	Resc. médio 2002-2006
Atividades primárias	-	-11,7	13,7	0,8	4,2	5,5	1,4
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	-	-16,2	16,9	-1,4	3,8	0,3	0,1
Pecuária e pesca		5,1	3,2	11,1	6,1	27,97	6,4

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

• Setor secundário

- ✓ Indústria extrativa mineral
- ✓ Indústria de transformação
- ✓ Construção civil
- ✓ Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP): Produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza pública

A perda de participação da indústria na nova série do PIB brasileiro se repercutiu na nova série das Contas Regionais. Assim, a indústria perdeu participação também no PIB capixaba. Na série anterior a participação média das atividades industriais na economia estadual era de 33% no período 2002-2004 e na atual representou aproximadamente 25% entre 2002 e 2006. No Brasil a indústria representava em média 32% da economia no período 2002-2004 e passou a representar 20%, também em média, entre 2002 e 2005, comparando-se as duas metodologias.

⁶ A bianualidade se caracteriza pela alternância na quantidade produzida entre uma safra e outra, com um ano de produção mais elevada e outro com rendimento inferior,

Identifica-se, em âmbito nacional, uma tendência de queda no valor agregado da indústria, uma vez que o setor tem optado por terceirizar processos que, embora tipicamente industriais, agregam valor no setor terciário, já que são realizados por meio da prestação de serviços. No caso de grandes conglomerados (montadoras de veículos, incorporadoras), parte de seus ganhos é também transferida para o setor financeiro, via criação de instrumentos ou instituições para financiamento próprio de seus produtos, agregando valor, portanto, também no setor terciário.

Na indústria capixaba, ocorreu uma mudança metodológica importante: a atividade de pelotização e sinterização do minério de ferro, que na série anterior era classificada na indústria de transformação (metalurgia), passou a ser considerada dentro da indústria extrativa mineral, em conformidade com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Esta classificação considera a pelotização como um processo muito primário de transformação e normalmente associado à extração. Como a pelotização não associada à extração de minério é uma especificidade do Espírito Santo, a metodologia exige que o Estado se ajuste à classificação nacional.

Por esse motivo, a indústria extrativa mineral, que na série anterior representava em torno de 2% do PIB do Estado, na nova série chega a 10,7% do PIB de 2006. Portanto, é importante ressaltar que esse aumento na participação da atividade em relação ao PIB do Estado não se deve ao petróleo, como se poderia pensar a princípio, mas, principalmente, a essa alteração metodológica, já que as atividades ligadas ao petróleo, embora tenham sofrido incrementos no período, ainda tiveram um peso pequeno quando comparadas ao da pelotização até 2005 (em torno de 18% e 75% da extrativa mineral, respectivamente). Já, em 2006, a extração de petróleo e gás saltou para uma participação aproximada de 34% da extrativa mineral, enquanto a pelotização, ainda predominante, representou 60%.

O ano de 2006 foi considerado como o início de um novo ciclo na área da exploração de petróleo e gás para o Espírito Santo. Entraram em operação quatro investimentos fundamentais para essa nova fase: o Terminal Norte Capixaba (TNC), em São Mateus, responsável pelo escoamento, através de navios, do óleo produzido em campos terrestres; a Estação Fazenda Alegre, em Jaguaré, que permite tratar e escoar o óleo produzido para o TNC, através de 15 km de oleoduto; a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas, em Linhares, que receberá o gás produzido no norte capixaba em terra e mar; e a Plataforma de Peroá, também em Linhares, uma estrutura fixa de produção apenas para gás. Além disso, entrou em operação o navio plataforma Capixaba no campo de Golfinho, com capacidade para produzir cem mil barris diários de petróleo, juntando-se ao Seillean, que já vinha operando no Espírito Santo.

O petróleo é, portanto, uma atividade em expansão. Além dele, conforme mencionado anteriormente, o conjunto de setores industriais exportadores – pelotização, siderurgia e celulose – explica, em boa medida, o bom desempenho apresentado pelo Estado nos últimos anos, uma vez que representou aproximadamente 53,3% da indústria local e 14,3% do valor agregado total do Estado em 2006. Somando-se a esses gêneros industriais a extração de petróleo e gás natural, esses percentuais sobem para 68,4% do total da indústria e 18,3% do valor adicionado, também em 2006. O peso relativo desses quatro gêneros industriais superava, em 2006, a participação de atividades também importantes, como a administração pública e o comércio (Tabela 5).

O complexo minerossiderúrgico experimentou, a partir de 2003, um período extremamente positivo, com sucessivos recordes na exportação de seus produtos. A atividade foi impactada tanto pelo crescimento da economia mundial em geral, quanto por crescimentos exponenciais no consumo da China.

Segundo os relatórios anuais da Samarco Mineração, esses anos recentes têm sido responsáveis pelos melhores resultados da história da empresa. O bom desempenho das empresas produtoras de minério de ferro é explicado pelo ritmo acelerado e sustentado de expansão do mercado siderúrgico mundial, aquecido desde o segundo trimestre de 2002. O aumento da demanda, com maior destaque para as siderúrgicas chinesas, se refletiu nos preços, que cresceram cerca de 190% entre 2002 e 2006. Em virtude desse fato a empresa vem elevando seu faturamento bruto, a despeito da desvalorização do dólar frente ao real, além de operar em sua capacidade plena. Somente no ano de 2005 houve um aumento médio de 86% nos preços para pelotas e 71,5% para finos. Em 2006 o aumento foi de 19% para finos, enquanto, para as pelotas, houve uma ligeira queda de preços, da ordem de 3%. Por analogia, pode-se afirmar que essas foram as mesmas condições de mercado em que operou a Vale.

Da mesma forma, os relatórios anuais da Arcelor-Mittal Tubarão revelam que, ao mesmo tempo em que a China se constitui no principal comprador de produtos siderúrgicos no mercado internacional, sua própria produção também cresce a taxas elevadas, tendo sido responsável por praticamente um terço da produção mundial de aço em 2005 e 2006. A rapidez de sua ascensão à posição de um dos mais importantes mercados do ramo siderúrgico, em função do constante crescimento de sua oferta e demanda de aço, chegou ao ponto de dificultar a mensuração da grandeza real desse mercado e das implicações da participação chinesa para o segmento em todo o mundo, com impacto significativo e simultâneo nos preços das matérias-primas, insumos siderúrgicos e dos fretes marítimos e, por desdobramento, nos preços finais do aço. De acordo com a mesma fonte, o mercado mundial de aço teve, em 2006, o seu quinto ano consecutivo de aquecimento na demanda e na produção, refletindo o bom momento da economia global. Por sua vez, os preços internacionais de aço, depois de apresentarem grande volatilidade durante o ano de 2005, se estabilizaram em um patamar bastante satisfatório em 2006.

No segmento celulose destaca-se a entrada em operação, em 2002, da Fábrica C da Aracruz Celulose, com a qual a empresa ampliou para 25% sua participação no suprimento mundial de celulose de eucalipto. Esta atividade também foi beneficiada pela melhoria da performance da demanda global, com recordes no mercado asiático, e elevação do patamar de preços internacionais, especialmente em 2004 e 2005. Nesse caso, o efeito preço, embora positivo, não se deu na mesma escala das atividades anteriores; além disso, os ganhos de preço foram atenuados pela utilização de estoques e pela desvalorização da moeda americana.

Já o ano de 2006 representou um marco na capacidade de produção da Aracruz, considerando-se todas as suas empresas, mas destacando-se a excelente performance da unidade de Barra do Riacho, que atingiu novos recordes de produção e obteve um crescimento de 2,1% no volume produzido em 2006, comparado a 2005. Nesse último ano houve também um aumento de preços da celulose, em razão de uma favorável relação entre oferta e demanda em seus principais centros consumidores. Pelo lado da oferta, observou-se a continuidade do fechamento de fábricas de baixa produtividade, principalmente no hemisfério norte; já o aumento da demanda se deu em função do crescimento econômico mundial. Pelas últimas estatísticas das associações de produtores, a demanda mundial por celulose de eucalipto cresceu 13%, bem acima da média de mercado (cerca de 5%). A Aracruz supriu 27% da demanda mundial, mantendo sua liderança no mercado. Como a empresa exporta aproximadamente 98% de sua produção com receita denominada em dólar, o impacto negativo da desvalorização aproximada de 9% da moeda americana frente ao real, verificada no ano, foi mais que compensado pela evolução favorável do preço da celulose (8%) e pelo crescimento do volume vendido.

Como resultado desse cenário, o crescimento real da indústria capixaba em 2006 foi o maior desde 1994 (excetuando-se o ano de 2002⁷), com uma taxa de 8,4%, tendo a indústria extrativa apresentado expansão de 14,5%, e a de transformação, de 5%. Na extrativa, que se destaca como o principal impacto na média global da indústria, se sobressai a maior extração de petróleo e gás. Na indústria de transformação todos os ramos pesquisados pela PIM-PF aumentaram a produção, cabendo aos ramos metalurgia básica (8%) e de alimentos e bebidas (12,5%) os maiores impactos positivos. Nesses segmentos os avanços mais relevantes resultaram de incrementos nos itens: lingotes, blocos e tarugos de aço; e bombons, respectivamente.

Portanto, se em termos de participação no valor do PIB a atividade de extração de petróleo e gás ainda está em fase de ascensão, no tocante ao crescimento real da atividade industrial, ela já começou a se destacar. Os resultados desse segmento vêm contribuindo para que o Estado apresente um bom desempenho regional, apoiado basicamente no crescimento da produção de petróleo e gás e no perfil exportador de seu parque produtivo.

A indústria capixaba teve um crescimento acumulado de 23,7% entre 2002 e 2006, sendo 37,9% na extrativa mineral e 17,0% na indústria de transformação (Tabela 7).

⁷ 2002 foi um ano de crescimento recorde na indústria, 12,34%, pela metodologia anterior, com um acréscimo de 21,27% na extrativa e 11,82% na transformação. Este ano não foi considerado, por se tratar de um crescimento atípico, pela ampliação da capacidade instalada da economia estadual, com o início da exploração de petróleo no campo de Jubarte e a entrada em operação da Fábrica C da Aracruz Celulose. Em 1994, também pela metodologia anterior, o crescimento industrial foi de 9,03%, sendo 9,18% na extrativa e 9,02% na transformação.

Tabela 07 - Taxa anual de crescimento real do valor adicionado bruto do setor secundário - Espírito Santo - 2002-2006

Em %

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006	Cresc. acumulado 2002 2006	Cresc. médio 2002 2006
Atividades secundárias	-	6,6	4,1	2,1	7,4	21,7	5,0
indústria extrativa e de transformação	-	9,6	3,3	0,8	8,4	23,7	5,4
Extrativa mineral	-	22,3	-2,6	1,1	14,5	37,9	8,4
Transformação	-	5,2	5,3	0,6	5,0	17,0	4,0
Construção	-	-1,3	6,5	8,0	4,9	19,1	4,5
Prod. e distr. de eletríc., água, esgoto e limp. urbana	-	-7,7	9,2	-4,2	-1,1	-1,4	-1,2

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Há que considerar, também, que 2002 e 2003 foram anos de crescimento industrial expressivo no Espírito Santo, com a entrada em operação da planta de Laminados de Tiras a Quente (LTQ) da Arcelor-Mittal Tubarão e da Fábrica C da Aracruz Celulose. Entretanto, o crescimento da atividade industrial nesses dois anos não fica bem explicitado no cálculo do PIB. No caso de 2002 por ser o ano base, ou seja, o “marco” sobre o qual começam a ser calculadas as variações seguintes. Já os dados de 2003 refletem uma variação sobre uma base considerada muito elevada (a de 2002).

O setor secundário obteve um crescimento real acumulado, no período 2002-2006, de 21,7%. Também mereceu destaque, dentro deste setor, a atividade da construção civil, com crescimento real anual expressivo nos últimos anos e crescimento acumulado de 19,1% no período 2002-2006. Os serviços industriais de utilidade pública, que apresentam desempenho global negativo no período, aparentemente na contramão dessa tendência de crescimento econômico do Estado, é fortemente influenciado pela produção e distribuição de energia elétrica. Neste caso, o que vem acontecendo é a saída de importantes consumidores de energia elétrica industrial para o mercado livre de energia ou produção de energia para autoconsumo. Em ambos os casos a energia consumida por essas unidades deixa de agregar valor no SIUP e passam a integrar o valor adicionado do setor de produção dessas unidades.

• Setor terciário

- ✓ Comércio
- ✓ Serviços públicos e privados

As pesquisas setoriais utilizadas na nova série das Contas Regionais refletiram a tendência mais recente da economia brasileira, e também estaduais, em que os setores produtores de bens apresentaram queda de participação na produção em favor das atividades de comércio e serviços.

Da mesma maneira que ocorreu no Brasil, e, rigorosamente, em todas as Unidades da Federação, o setor terciário ganhou participação no PIB quando comparadas a série anterior e a atual. No caso do Espírito Santo, as atividades terciárias representavam em média 53,6% do PIB entre 2001 e 2004 pela metodologia anterior e passaram a representar 58,5% nesta nova série (2002-2006).

A administração pública se constituiu na principal atividade do setor terciário no período analisado. A participação desta atividade no valor agregado total é inferior apenas à da indústria de transformação (Tabela 4). Trata-se de uma atividade econômica com características bastante específicas, decorrentes do seu caráter não mercantil. Por esse motivo, a agregação de valor da administração pública à economia se dá, mais diretamente, através da geração de renda, e não da produção de bens e serviços, já que esses são gratuitos. Os investimentos em obras, ainda que estas sejam realizadas pela administração pública, são classificados, pela contabilidade social, na construção civil.

A participação média da administração pública na economia capixaba entre 2002 e 2006 foi de 13,9%, enquanto para o Brasil esta atividade representou 15,1% no mesmo período. Além disso, a atividade apresenta uma tendência de participação decrescente no Espírito Santo em favor dos setores produtores de bens ou das atividades terciárias de caráter mercantil e articuladoras da produção. No Brasil a participação dessa atividade na economia é mais linear.

A segunda maior participação no setor terciário é a do comércio. Entre as principais atividades do setor, esta foi a que mais aumentou sua participação no valor agregado ao longo da série, chegando, em 2004 e 2005, a ficar bem próxima da administração pública. Em 2006, como já foi dito, houve perda de participação do setor terciário, com pequenos ganhos positivos na agropecuária e na indústria. Tal redução provocou pequenas alterações de participação nas atividades do setor entre 2005 e 2006, nenhuma delas com variação de maior expressividade.

As outras atividades de maior importância neste setor são os transportes e atividades imobiliárias/aluguéis, com participações médias de 8,2% e 7,9% do Valor Adicionado Bruto, respectivamente, entre 2002 e 2006.

No que se refere ao crescimento acumulado no período, as atividades que mais se expandiram foram algumas das que refletem mais diretamente a melhoria no nível de consumo das famílias e no ambiente de negócios que vêm ocorrendo no Estado: serviços a famílias (32,7%), serviços a empresas (25,9%), serviços de informação (25,3%) e alojamento e alimentação (25,6%) (Tabela 8).

Além dessas atividades já citadas, que apresentaram crescimento expressivo, outras, com maior peso relativo dentro do setor terciário, também apresentaram boa performance no período, consolidando sua posição. As atividades imobiliárias/aluguel se expandiram em 18,9%, e as de transporte, 26,9%.

O comércio teve expansão de 22,9% no período. Os principais gêneros que responderam por esse crescimento foram: veículos, motos, peças e partes; tecidos, vestuário e calçados; e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Em 2006 as atividades que mais cresceram, em termos reais, foram transporte, armazenagem e correio (14,2%) e serviços de intermediação financeira (13,9%).

Tabela 08 - Taxa anual de crescimento real do valor adicionado bruto do setor terciário - Espírito Santo - 2002-2006

Em %

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006	Cresc. Acumulado 2002 2006	Cresc. Médio 2002 2006
Atividades terciárias		0,6	5,4	5,6	7,5	20,4	4,7
Comércio e serviços de reparação e manutenção	-	-2,9	7,6	8,2	8,7	22,9	5,3
Serviços de alojamento e alimentação	-	3,5	7,1	3,3	9,7	25,6	5,8
Transporte, armazenagem e correio	-	-2,8	7,2	6,6	14,2	26,9	6,1
Serviços de informação		8,8	5,5	6,9	2,4	25,3	5,9
Interm. financeira, seguros e previdência complementar	-	-2,7	2,1	6,4	13,9	20,4	4,8
Serviços prestados a famílias e associativos	-	-4,3	8,0	21,1	6,0	32,7	7,3
Serviços prestados a empresas	-	1,9	5,0	7,7	9,3	25,9	5,9
Atividades imobiliárias e aluguel	-	2,9	5,1	5,3	4,4	18,9	4,4
Administração, saúde e educação públicas	-	2,3	3,5	1,7	3,5	11,5	2,8
Saúde e educação mercantis	-	3,28	4,97	1,74	4,35	15,1	3,6
Serviços domésticos	-	1,36	6,70	-3,50	0,27	4,7	1,1

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

4. CONCLUSÃO

O crescimento da economia mundial, principalmente a partir de 2003, favoreceu o perfil da economia capixaba, baseado na produção de *commodities* agrícolas (café), *pellets*, produtos siderúrgicos e celulose de fibra curta.

O Espírito Santo, que já tem seu espaço de especialização bem definido, com base nessas grandes cadeias de valores, e em toda a infraestrutura logística que as cercam, vê, mais recentemente, juntar-se a estas a ampliação das atividades referentes à exploração de petróleo e gás. Estas últimas, embora tenham se iniciado no Estado em 1957, ganharam nova dimensão com as descobertas registradas tanto no norte quanto no sul capixaba a partir da década de 1990 e cuja produção já se encontra em fase de expansão. Dela o Espírito Santo ainda deverá se beneficiar amplamente não apenas pela geração de oportunidades de emprego e renda, mas, principalmente, no que se refere à difusão de uma base tecnológica e de capital humano avançada num futuro bem próximo.

Todas essas atividades econômicas, que se constituem em cadeias integradas mundialmente, nas quais o Estado já possui grande vantagem competitiva e posição de destaque no abastecimento mundial, se beneficiaram das condições favoráveis proporcionadas pelo crescimento sustentado da economia global no período analisado.

O aquecimento da demanda e a elevação do patamar do nível de preços internacionais, especialmente no que se refere ao complexo minerossiderúrgico, fez com que o bom desempenho das exportações de bens intermediários, a partir das grandes plantas industriais do Espírito Santo, se refletisse sobre o nível de produção e sobre a programação de investimentos dessas unidades.

Para os anos seguintes, 2007 e 2008, os principais indicadores da atividade econômica sinalizavam que o nível de crescimento alcançado pelo Espírito Santo tendia a se manter, ou a se acelerar, até que essas expectativas fossem comprometidas pelo agravamento da crise internacional, no último trimestre de 2008.

Até então a sustentação do crescimento da economia mundial, a recuperação da economia brasileira e a expansão dos investimentos produtivos no Estado, com conseqüente repercussão sobre o mercado de trabalho e o nível de consumo, constituíram-se em fator determinante para a manutenção dos níveis de crescimento da economia estadual e, também, para ampliação de sua capacidade instalada, com a entrada em operação do alto-forno 3 da Arcelor-Mittal Tubarão, em 2007, e do projeto Terceira pelotização da Samarco Mineração, em 2008.

Em 2007, apesar das turbulências nos mercados financeiros no segundo semestre, derivadas da crise de crédito nos Estados Unidos, a economia mundial cresceu 4,9%, de acordo com avaliação do Fundo Monetário Internacional – FMI. No Brasil o crescimento da economia foi de 5,7% no mesmo ano (dados preliminares).

Em 2008 os indicadores que o Estado vinha apresentando eram tão positivos que, apesar de sofrerem uma inevitável e acentuada desaceleração no último trimestre, tudo indica que ainda tenham se mantido em um bom patamar de crescimento para aquele ano, em que pesem as condições adversas. No nível de empregos, por exemplo, entre 2007 e 2008 o País teve uma queda aproximada de 10% na geração de empregos, enquanto o Espírito Santo apresentou aumento de 17%.

Entretanto, dado o modelo de especialização já consolidado no Estado (a produção de semielaborados para exportação) e o elevado grau de abertura da economia estadual, é inegável que a crise mundial afetou diretamente, e até com maior intensidade, as grandes empresas do Espírito Santo, não por coincidência, nos mesmos gêneros que vinham se beneficiando até então do ciclo virtuoso da economia global. Os segmentos mais afetados pela crise econômica foram os de minério de ferro e siderurgia, nos quais a queda da demanda global interferiu fortemente na revisão dos níveis de operação e nos cronogramas dos projetos previstos para todo o mundo e, conseqüentemente, também para o Espírito Santo.

Apesar disso, alguns setores da economia local ainda demonstram vitalidade, como é o caso da cadeia produtiva do petróleo e gás, da área de energia (com a previsão de instalação de termelétricas) e da construção civil, com significativo crescimento recente e cujos projetos se encontram em fase de maturação. Além desses, pode-se contar, ainda, com a possibilidade de um maior volume de investimentos públicos.

Por outro lado, apesar da concentração espacial e setorial da economia capixaba, o Estado vem alcançando bons resultados sobre a distribuição da renda apropriada pelas famílias.

Entre 2003 e 2007 o Estado viu baixar de 25,2% para 13,3% a camada da população que se encontrava na faixa de pobreza. Nesse mesmo período a extrema pobreza foi reduzida de 7,8% para 3,5% da população local. De acordo com o IBGE, ainda no mesmo período a renda domiciliar per capita cresceu 27% no Estado, enquanto na média nacional esse aumento foi de 23%. Por sua vez, a classe média, que representava 36% da população capixaba em 2003, passou a ter uma participação relativa de 50,1% em 2007 (média também superior à nacional, de 47,1%).

Esses dados demonstram que, se, por um lado, não se alterou a forte concentração de renda característica da sociedade brasileira e capixaba, por outro, sinalizam uma maior incorporação ao mercado de camadas da população com rendimentos mais baixos e, portanto, com maior propensão ao consumo. Aliado a isso, deve-se considerar que em 2006 os juros anualizados iniciaram uma fase de queda que perdurou até o primeiro trimestre de 2008, o que sinaliza maior acesso do consumidor ao crédito.

A associação de todos esses fatores – condições favoráveis da economia mundial e crescimento da economia brasileira até setembro de 2008, a nova onda de investimentos desencadeada no Estado, a ampliação do mercado de trabalho e do consumo das famílias – leva a crer que para os anos de 2007 e 2008 as perspectivas são de que o Espírito Santo mantenha sua trajetória de crescimento, devendo sofrer um arrefecimento somente a partir do final de 2008, a exemplo do que já vem ocorrendo desde os últimos meses de 2007, na economia mundial.

5. GLOSSÁRIO

Atividade econômica – conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

Consumo intermediário (CI) – bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

Deflator implícito (índice de preço) – variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

Índice de volume – é a razão entre a quantidade física produzida em determinado ano e a produzida no ano anterior. Expressa o crescimento real da atividade ou da economia.

Produto Interno Bruto (PIB) – total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos e líquidos de subsídios.

Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM ou dummy financeiro) – rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

Valor Adicionado (VA) – valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Valor Bruto da Produção (VBP) – valor total dos bens e serviços produzidos em uma região ou país.



ANEXO - TABELA DE RESULTADOS

Tabela 01 - Produto interno bruto do Brasil a preços correntes, segundo as grandes regiões e unidades da Federação - 2002-2006

Grandes regiões e Unidades da Federação	Produto interno bruto a preços correntes (1.000.000 R\$)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.797
Norte	69.310	81.200	96.012	106.522	120.014
Rondônia	7.780	9.751	11.260	12.902	13.110
Acre	2.868	3.305	3.940	4.482	4.835
Amazonas	21.791	24.977	30.314	33.359	39.166
Roraima	2.313	2.737	2.811	3.179	3.660
Pará	25.659	29.755	35.563	39.150	44.376
Amapá	3.292	3.434	3.846	4.367	5.260
Tocantins	5.607	7.241	8.278	9.084	9.607
Nordeste	191.592	217.037	247.043	280.504	311.175
Maranhão	15.449	18.483	21.605	25.326	28.621
Piauí	7.425	8.777	9.817	11.125	12.790
Ceará	28.896	32.565	36.866	40.923	46.310
Rio Grande do Norte	12.198	13.515	15.580	17.862	20.557
Paraíba	12.434	14.158	15.022	16.864	19.953
Pernambuco	35.251	39.308	44.011	49.904	55.505
Alagoas	9.812	11.210	12.891	14.135	15.753
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.422	15.126
Bahia	60.672	68.147	79.083	90.943	96.559
Sudeste	837.646	947.748	1.083.975	1.213.791	1.345.510
Minas Gerais	127.782	148.823	177.325	192.611	214.814
Espírito Santo	26.756	31.064	40.217	47.191	52.782
Rio de Janeiro	171.372	188.015	222.945	246.936	275.363
São Paulo	511.736	579.847	643.487	727.053	802.552
Sul	249.626	300.859	337.657	356.261	386.737
Paraná	88.407	109.459	122.434	126.622	136.681
Santa Catarina	55.732	66.849	77.393	85.295	93.173
Rio Grande do Sul	105.487	124.551	137.831	144.344	156.883
Centro-Oeste	129.649	153.104	176.811	190.161	206.361
Mato Grosso do Sul	15.154	19.274	21.105	21.642	24.355
Mato Grosso	20.941	27.889	36.961	37.466	35.284
Goiás	37.416	42.836	48.021	50.536	57.091
Distrito Federal	56.138	63.105	70.724	80.517	89.630

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 02 - Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no produto interno bruto do Brasil - 2002-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Participação no Produto Interno Bruto do Brasil				
	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,4	2,31	2,27	2,32	2,3
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1
Espírito Santo	1,81	1,8	2,1	2,20	2,23
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,7	3,8

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 03 - Ranking do produto interno bruto das Unidades da Federação - 2002-2006

Posição	2002	2003	2004	2005	2006
1	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
2	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
3	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais
4	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
5	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná	Paraná
6	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia
7	Distrito Federal	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina
8	Santa Catarina	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal
9	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás
10	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco
11	Ceará	Ceará	Espírito Santo	Espírito Santo	Espírito Santo
12	Espírito Santo	Espírito Santo	Mato Grosso	Ceará	Ceará
13	Pará	Pará	Ceará	Pará	Pará
14	Amazonas	Mato Grosso	Pará	Mato Grosso	Amazonas
15	Mato Grosso	Amazonas	Amazonas	Amazonas	Mato Grosso
16	Maranhão	Mato Grosso do Sul	Maranhão	Maranhão	Maranhão
17	Mato Grosso do Sul	Maranhão	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul
18	Paraíba	Paraíba	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
19	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Paraíba	Paraíba	Paraíba
20	Alagoas	Alagoas	Alagoas	Alagoas	Alagoas
21	Sergipe	Sergipe	Sergipe	Sergipe	Sergipe
22	Rondônia	Rondônia	Rondônia	Rondônia	Rondônia
23	Piauí	Piauí	Piauí	Piauí	Piauí
24	Tocantins	Tocantins	Tocantins	Tocantins	Tocantins
25	Amapá	Amapá	Acre	Acre	Amapá
26	Acre	Acre	Amapá	Amapá	Acre
27	Roraima	Roraima	Roraima	Roraima	Roraima

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 04 - Crescimento real do valor adicionado bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003-2006

Em %

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de volume (crescimento)			
	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0
Norte	5,9	8,6	6,6	4,8
Rondônia	5,3	9,6	4,5	3,6
Acre	3,9	7,6	7,3	5,4
Amazonas	4,5	10,5	10,2	2,6
Roraima	3,3	5,5	4,4	6,3
Pará	6,4	7,2	4,2	7,1
Amapá	7,9	8,0	6,3	5,8
Tocantins	10,6	8,1	7,3	3,1
Nordeste	1,9	6,3	4,6	4,8
Maranhão	4,3	9,0	7,3	5,0
Piauí	5,5	6,2	4,5	6,1
Ceará	1,5	4,9	3,0	8,0
Rio Grande do Norte	1,4	3,5	4,3	4,8
Paraíba	5,3	2,7	4,0	6,7
Pernambuco	-0,7	4,1	4,2	5,1
Alagoas	-0,7	4,4	4,9	4,4
Sergipe	2,6	6,6	5,5	4,1
Bahia	2,2	9,2	4,7	2,7
Sudeste	-0,2	5,4	3,5	4,1
Minas Gerais	1,4	5,9	4,0	3,9
Espírito Santo	1,5	5,8	4,3	7,7
Rio de Janeiro	-1,2	3,3	2,9	4,0
São Paulo	-0,3	5,9	3,6	4,0
Sul	2,5	4,9	-0,8	3,3
Paraná	4,5	4,9	-0,1	2,0
Santa Catarina	1,0	7,5	1,6	2,6
Rio Grande do Sul	1,7	3,4	-2,8	4,7
Centro-Oeste	3,4	6,3	4,6	2,8
Mato Grosso do Sul	7,5	-1,2	-0,1	5,2
Mato Grosso	4,0	16,2	1,6	-4,6
Goiás	4,3	5,1	-2,8	3,1
Distrito Federal	1,5	5,0	5,1	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Tabela 05 - Produto interno bruto per capita do Brasil, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1 R\$)				
	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	8 378	9 498	10 692	11 658	12 688
Norte	5 050	5 780	6 680	7 247	7 989
Rondônia	5 363	6 594	7 209	8 408	8 391
Acre	4 707	5 278	6 251	6 792	7 145
Amazonas	7 253	8 100	9 658	10 289	11 793
Roraima	6 513	7 455	7 361	8 123	9 075
Pará	3 918	4 448	5 192	5 617	6 241
Amapá	6 200	6 220	7 026	7 344	11 793
Tocantins	4 576	5 784	6 556	6 957	7 210
Nordeste	3 891	4 355	4 899	5 498	6 029
Maranhão	2 637	3 112	3 588	4 150	4 628
Piauí	2 544	2 978	3 297	3 700	4 213
Ceará	3 735	4 145	4 622	5 054	5 636
Rio Grande do Norte	4 234	4 626	5 260	5 948	6 754
Paraíba	3 539	3 998	4 210	4 690	5 507
Pernambuco	4 328	4 774	5 287	5 931	6 528
Alagoas	3 371	3 805	4 324	4 687	5 164
Sergipe	5 060	5 718	6 289	6 821	7 560
Bahia	4 525	5 031	5 780	6 583	6 922
Sudeste	11 140	12 424	14 009	15 468	16 912
Minas Gerais	6 904	7 937	9 336	10 012	11 028
Espírito Santo	8 258	9 425	11 998	13 846	15 236
Rio de Janeiro	11 543	12 514	14 664	16 052	17 695
São Paulo	13 259	14 788	16 158	17 977	19 548
Sul	9 615	11 440	12 677	13 208	14 162
Paraná	8 945	10 935	12 080	12 339	13 158
Santa Catarina	9 969	11 764	13 403	14 539	15 638
Rio Grande do Sul	10 057	11 742	12 850	13 310	14 310
Centro-Oeste	10 565	12 228	13 846	14 604	15 551
Mato Grosso do Sul	7 004	8 772	9 461	9 557	10 599
Mato Grosso	7 928	10 347	13 445	13 365	12 350
Goiás	7 078	7 937	8 718	8 992	9 962
Distrito Federal	25 747	28 282	30 991	34 510	37 600

Tabela 06 - Ranking do PIB per capita dos estados - 2002-2006

Posição	2002	2003	2004	2005	2006
1	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal	Distrito Federal
2	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo	São Paulo
3	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
4	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Mato Grosso	Santa Catarina	Santa Catarina
5	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Espírito Santo	Espírito Santo
6	Paraná	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Rio Grande do Sul
7	Espírito Santo	Mato Grosso	Paraná	Rio Grande do Sul	Paraná
8	Mato Grosso	Espírito Santo	Espírito Santo	Paraná	Mato Grosso
9	Amazonas	Mato Grosso do Sul	Amazonas	Amazonas	Amazonas
10	Goiás	Amazonas	Mato Grosso do Sul	Minas Gerais	Minas Gerais
11	Mato Grosso do Sul	Goiás	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul
12	Minas Gerais	Minas Gerais	Goiás	Goiás	Goiás
13	Roraima	Roraima	Roraima	Rondônia	Roraima
14	Amapá	Rondônia	Rondônia	Roraima	Amapá
15	Rondônia	Amapá	Amapá	Amapá	Rondônia
16	Sergipe	Tocantins	Tocantins	Tocantins	Sergipe
17	Acre	Sergipe	Sergipe	Sergipe	Tocantins
18	Tocantins	Acre	Acre	Acre	Acre
19	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia	Bahia
20	Pernambuco	Pernambuco	Pernambuco	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
21	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Pernambuco	Pernambuco
22	Pará	Pará	Pará	Pará	Pará
23	Ceará	Ceará	Ceará	Ceará	Ceará
24	Paraíba	Paraíba	Alagoas	Paraíba	Paraíba
25	Alagoas	Alagoas	Paraíba	Alagoas	Alagoas
26	Maranhão	Maranhão	Maranhão	Maranhão	Maranhão
27	Piauí	Piauí	Piauí	Piauí	Piauí

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 07 - Produto interno bruto e valor adicionado bruto por atividade econômica - Espírito Santo - 2002-2006

Valores corrente

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006
	R\$mil	R\$mil	R\$mil	R\$mil	R\$mil
Atividades primárias	1.808.431	2.207.570	3.040.061	3.318.895	4.052.722
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	1.424.702	1.691.128	2.505.591	2.687.956	3.303.114
Pecuária e pesca	383.729	516.442	534.470	630.939	749.609
Atividades secundárias	7.044.278	7.846.214	10.638.207	12.774.071	14.513.266
Indústria extrativa e de transformação	5.200.808	6.186.986	8.077.288	9.917.674	11.399.927
Extrativa mineral	1.329.887	1.501.470	2.315.421	3.495.676	4.584.646
Transformação	3.870.921	4.685.516	5.761.867	6.421.999	6.815.282
Construção	1.664.784	1.383.385	2.206.493	2.529.849	2.625.781
Prod. e distr. de eletríc. e água, esgoto e limp. urbana	178.685	275.843	354.425	326.548	487.557
Atividades terciárias	13.332.410	15.330.218	18.808.589	21.759.560	24.083.216
Comércio e serviços de reparação e manutenção	2.418.451	2.722.966	4.179.417	4.977.843	5.394.917
Serviços de alojamento e alimentação	375.222	337.143	500.771	518.901	574.505
Transporte, armazenagem e correio	1.842.167	1.968.044	2.818.397	3.210.329	3.253.447
Serviços de informação	687.469	848.457	913.265	1.127.932	1.189.288
Interm. Financeira, seguros e previdência complementar	892.687	1.061.111	1.063.771	1.453.113	1.682.148
Serviços prestados a famílias e associativos	387.607	403.907	472.966	567.437	713.144
Serviços prestados a empresas	674.777	760.175	906.777	1.015.353	1.287.365
Atividades imobiliárias e aluguel	2.071.060	2.295.914	2.467.140	2.671.682	2.755.111
Administração, saúde e educação públicas	3.150.408	3.825.936	4.360.410	5.163.703	5.728.090
Saúde e educação mercantis	559.182	790.751	761.165	671.728	1.076.989
Serviços domésticos	273.380	315.814	364.510	381.539	428.211
Valor adicionado bruto a preços básicos	22.185.118	25.384.001	32.486.856	37.852.526	42.649.204
Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios	4.570.932	5.679.716	7.730.542	9.370.053	10.132.698
Produto Interno Bruto a preços de mercado	26.756.050	31.063.717	40.217.397	47.222.579	52.781.902

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 08 - Taxa anual de crescimento real do valor adicionado bruto, crescimento acumulado e crescimento médio anual por atividade econômica no Espírito Santo - 2002-2006

Em %

Atividades	2003	2004	2005	2006	Cresc. acumulado 2002-2006	Taxa anual média 2002-2006
Atividades primárias	-11,68	13,68	0,84	4,23	5,51	1,35
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	-16,21	16,87	-1,36	3,78	0,24	0,06
Pecuária e pesca	5,11	3,22	11,14	6,15	27,99	6,36
Atividades secundárias	6,56	4,11	2,11	7,44	21,71	5,03
Indústria extrativa e de transformação	9,56	3,35	0,76	8,37	23,64	5,45
Extrativa mineral	22,31	-2,60	1,12	14,53	37,97	8,38
Transformação	5,18	5,25	0,62	5,02	16,97	4,00
Construção	-1,28	6,53	8,04	4,92	19,22	4,49
prod. e distr. de eletric. e água, esgoto e limp. urbana	-7,74	9,16	-4,20	-1,08	-4,56	-1,16
Atividades terciárias	0,58	5,39	5,59	7,49	20,31	4,73
Comércio e serviços de reparação e manutenção	-2,93	7,62	8,21	8,70	22,88	5,29
Serviços de alojamento e alimentação	3,46	7,05	3,31	9,70	25,53	5,85
Transporte, armazenagem e correio	-2,80	7,18	6,58	14,24	26,84	6,12
Serviços de informação	8,77	5,54	6,90	2,36	25,62	5,87
Interm. financeira, seguros e previdência complementar	-2,65	2,12	6,40	13,94	20,52	4,78
Serviços prestados a famílias e associativos	-4,29	7,99	21,09	5,98	32,63	7,31
Serviços prestados a empresas	1,90	5,04	7,65	9,26	25,89	5,92
Atividades imobiliárias e aluguel	2,91	5,12	5,32	4,41	18,97	4,44
Administração, saúde e educação públicas	2,27	3,54	1,72	3,54	11,53	2,76
Saúde e educação mercantis	3,28	4,97	1,74	4,35	15,10	3,58
Serviços domésticos	1,36	6,70	-3,50	0,27	4,66	1,14
Valor adicionado bruto a preços básicos	1,48	5,72	4,01	7,19	19,59	4,57

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 09 - Índice de preços (deflator implícito) do valor adicionado bruto, por atividade, no Espírito Santo - 2003-2006

Em %

Atividades	2003	2004	2005	2006
Atividades primárias	38,22	21,14	8,27	17,15
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	41,66	26,78	8,76	18,41
Pecuária e pesca	28,04	0,26	6,22	11,93
Atividades secundárias	4,53	30,23	17,59	5,74
Indústria extrativa e de transformação	8,58	26,32	21,85	6,07
Extrativa mineral	-7,69	58,32	49,25	14,52
Transformação	15,09	16,83	10,79	1,06
Construção	-15,83	49,72	6,11	-1,07
Prod. e distr. de eletríc. e água, esgoto e limp. urbana	67,33	17,70	-4,00	50,94
Atividades terciárias	14,32	16,42	9,41	7,49
Comércio e serviços de reparação e manutenção	15,99	42,62	10,03	-0,30
Serviços de alojamento e alimentação	-13,16	38,75	0,30	0,92
Transporte, armazenagem e correio	9,91	33,62	5,89	-11,29
Serviços de informação	13,47	1,99	15,52	3,00
Interm. financeira, seguros e previdência complementar	22,11	-1,83	28,38	1,60
Serviços prestados a famílias e associativos	8,88	8,44	-0,95	18,59
Serviços prestados a empresas	10,56	13,56	3,99	16,05
Atividades imobiliárias e aluguel	7,72	2,22	2,82	-1,23
Administração, saúde e educação públicas	18,75	10,08	16,42	7,13
Saúde e educação mercantis	36,93	-8,30	-13,02	53,64
Serviços domésticos	13,97	8,17	8,47	11,93
Valor adicionado bruto a preços básicos	12,75	21,06	11,93	5,12

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN/Coordenação de Estudos Econômicos

Editoração:

Alexandre de Oliveira André

Bruna Peixoto Siqueira

Maria de Fátima Pessotti de Oliveira